

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



brasasca **B**³ BRASIL BOLSA BALCÃO

contratações de Auditoria Forense e *Shadow Investigation* em novembro de 2019, ambas sob acompanhamento da Comissão Externa de Investigação.

Os resultados da equipe de investigação ainda se encontram em andamento, sendo que o resultado poderá eventualmente afetar as demonstrações contábeis no futuro, caso algo seja identificado, conforme Nota Explicativa nº 31 "As Demonstrações Contábeis".

A governança corporativa visa assim, robustecer as estruturas que corroboram a transparência na gestão, conforme Programa de Integridade.

CANAL DE DENUNCIA

Em procedimento dos processos de governança corporativa para o fomento da conduta ética, integra e responsável pelo cumprimento de normas e diretrizes, alinhado ao Programa de Integridade, vem alternando a percepção da Companhia quanto à importância de ter um robusto canal de denúncia para a prevenção.

Tendo, em vista maior confiança no anonimato, maior confidencialidade, garantia de imparcialidade, a Companhia no final de 2019 reestruturou o canal de denúncias.

A partir de 2020, o canal será conduzido por empresa externa e independente, mantendo a mesma estrutura de denúncias relativas à violação ao Código de Conduta e Integridade, a leis, normas, políticas e procedimentos internos, vazamento de informações, fraude, manipulação, recebimento de presentes, assédio, ameaça, preconceito, roubo, furto ou desvio de materiais, favorecimento, conflito de interesses, irregularidades em contratos e licitações.

O canal de denúncias independente estará disponível no site da Sanepar www.sanepar.com.br. Até a implantação efetiva do novo canal, os usuários que já realizaram suas denúncias serão redirecionados para o novo canal de denúncias da Companhia.

A Ouvidoria, por sua vez, tem o papel de registrar solicitações dos clientes referentes a serviços que não tenham sido satisfatoriamente tratados nos canais convencionais de atendimento, além de receber denúncias de furto de água e ligação irregular.

COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Nunca abordado de forma sistemática, compliance é o dever de querer o acordo, de estar em conformidade e de fazer cumprir regulamentos internos e externos relacionados às atividades da organização. A área de Compliance tem por função promover a integridade, a conformidade organizacional, zelar pelo cumprimento das leis, normativas, políticas e diretrizes internas, bem regulamentos aplicáveis e padrões éticos, orientar e conscientizar quanto à prevenção de atividades e de condutas que possam ocasionar riscos à integridade da Sanepar e de partes interessadas.

As ações de compliance visam os mecanismos mais eficientes e eficazes para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pelo Lei Federal 12.527/2011 (de Access to Information Act), no artigo 10, 2020, no âmbito do Poder Executivo. O controle social das ações do Estado é mediado indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

Atendendo ao princípio de transparéncia ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a Sanepar aderiu ao Pacto da Transparéncia, dando publicidade aos atos de sua administração, estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações da Companhia. A Sanepar no Portal da Transparéncia da Sanepar, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Várias outras ações realizadas em 2019 também podem ser destacadas:

- Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos;
- Revisão da Política de Investimentos;
- Revisão da Política de Divulgação do Ato ou Fato Relevante;
- Implantação da Política de Contratação de Auditoria Independente;
- Unificação do Comitê de Ética e Comissão Disciplinar com a implantação do Comitê de Conduta, tornando firme a aplicação dos princípios da conduta ética e apurar denúncias de violações ao Código de Conduta e Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade, com a participação dos empregados;
- Estruturação do Programa de Integridade;
- Implantação do Código de Conduta e Integridade da Fornecedor e Parceiros de Negócio.

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhada aos seus objetivos estratégicos, a Sanepar faz, desde 2017, a gestão de riscos em âmbito corporativo, implementando com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management (CO-ERM)*.

Durante 2019, ocorreu a reavaliação dos Riscos Estratégicos da Sanepar,

resultando na atualização do portfólio, composto por 26 Riscos e 127 Fatores de Riscos. Destes, 7 tiveram seu tratamento e monitoramento priorizado para gerenciamento sistemático.

- Redução de Receita;
- Não Renovação ou Perda de Contratos com Municípios;
- Não Cumprimento da Legislação Ambiental aplicável;
- Falhas na concepção e a não Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Obsolescência Tecnológica e dos Ativos;
- Falha na Prestação de Serviço à Clientela;
- Falta no Desenvolvimento de Pesos;

Para fazer frente ao tratamento desses riscos, foram criados indicadores e desenvolvidas ações de monitoramento com apresentação mensal de seus resultados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos para o aferimento dos limites de tolerância estabelecidos e, trimestralmente, a Diretoria Executiva, e ao Conselho de Administração.

Em 2019 foi estabelecida metodologia de mapeamento de riscos dos processos para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos visando garantir e melhorar a gestão de riscos em todos os níveis da empresa (estratégico, tático e operacional).

Para isso, a equipe de Controle e Intervenimento com foco designado pelos diretores, fez levantamento de todos os processos da empresa e, para cada um dos processos identificados, foi aplicada matriz de materialidade com intuito de priorização para o trabalho.

O produto da aplicação do método em processo piloto demonstrou a eficácia e o fornecimento dos controles internos e 10 processos tiveram seus mapeamentos iniciados até dezembro de 2019, para a identificação de vulnerabilidades e implantação de oportunidades de melhorias.

Para 2020, a auditoria interna deverá promover os testes de eficácia dos controles internos elaborados e, dessa forma, contribuir para o aprimoramento entre as três linhas de gestão (Gerência, Gerenciamento de Riscos e Controle Interno e Auditoria Interna) da Companhia.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Sanepar está vinculada ao Conselho de Administração, por meio de Comitê de Auditoria Estatutário, que aprova e supervisa as atividades por meio do Conselho de Administração, executado de forma independente e em conformidade com o Regimento Interno da Auditoria.

Nesse processo, além das auditorias sistemáticas, em 2019, foram realizadas e encontram-se em andamento Auditorias Especiais com auditorias externas, a fim de atender ao interesse da Alta Administração e do cumprimento da Lei Estadual (13.303/2016), dentre elas: Demonstrações Financeiras; B) Sociedade de Proprietários Específicos (SPE); c) Processo de Licitação; d) Despesas com Pessoal e o Público; e) Segurança Cibernética.

AMBIENTE REGULADO

A regulamentação do ambiente dos mecanismos mais eficientes e eficazes para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pelo Lei Federal 12.527/2011 (de Access to Information Act), no artigo 10, 2020, no âmbito do Poder Executivo. O controle social das ações do Estado é mediado indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

Atendendo ao princípio de transparéncia ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a Sanepar aderiu ao Pacto da Transparéncia, dando publicidade aos atos de sua administração, estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações da Companhia. A Sanepar no Portal da Transparéncia da Sanepar, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Várias outras ações realizadas em 2019 também podem ser destacadas:

- Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos;
- Revisão da Política de Investimentos;
- Revisão da Política de Divulgação do Ato ou Fato Relevante;
- Implantação da Política de Contratação de Auditoria Independente;
- Unificação do Comitê de Ética e Comissão Disciplinar com a implantação do Comitê de Conduta, tornando firme a aplicação dos princípios da conduta ética e apurar denúncias de violações ao Código de Conduta e Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade, com a participação dos empregados;
- Estruturação do Programa de Integridade;
- Implantação do Código de Conduta e Integridade da Fornecedor e Parceiros de Negócio.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como estrutura sob a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos aos seus acionistas.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

definidos na RTP.

Desde 2017, a Agear está elaborando um novo Regulamento Geral dos Serviços de Saneamento (RGS), a fim de atualizar as regras atuais da área, estabelecidas em 2003, pelo Decreto 3.926, anterior ao Marco Regulatório do Saneamento (Lei 11.445/2007). Em 2019, a Agência iniciou o processo de aprovação do novo RGS, submetendo-o à consulta pública e a 10 audiências públicas em todo o Estado do Paraná.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como estrutura sob a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos aos seus acionistas.

O Conselho Fiscal tem como atribuições a elaboração de pareceres e se manifestar sobre as ações da Companhia.

O Conselho de Administração, formado por nove membros (incluindo um representante dos empregados e três membros independentes), é o órgão deliberativo responsável por determinar a estratégia e orientar a gestão para os resultados da Companhia.

O Conselho de Administração, formado por nove membros (incluindo um representante dos empregados e três membros independentes), é o órgão deliberativo responsável por determinar a estratégia e orientar a gestão para os resultados da Companhia.

Para isso, a equipe de Controle e Intervenimento com foco designado pelos diretores, fez levantamento de todos os processos da empresa e, para cada um dos processos identificados, foi aplicada matriz de materialidade com intuito de priorização para o trabalho.

O produto da aplicação do método em processo piloto demonstrou a eficácia e o fornecimento dos controles internos e 10 processos tiveram seus mapeamentos iniciados até dezembro de 2019, para a identificação de vulnerabilidades e implantação de oportunidades de melhorias.

Para 2020, a auditoria interna deverá promover os testes de eficácia dos controles internos elaborados e, dessa forma, contribuir para o aprimoramento entre as três linhas de gestão (Gerência, Gerenciamento de Riscos e Controle Interno e Auditoria Interna) da Companhia.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Sanepar está vinculada ao Conselho de Administração, por meio de Comitê de Auditoria Estatutário, que aprova e supervisa as atividades por meio do Conselho de Administração.

Nesse processo, além das auditorias sistemáticas, em 2019, foram realizadas e encontram-se em andamento Auditorias Especiais com auditorias externas, a fim de atender ao interesse da Alta Administração e do cumprimento da Lei Estadual (13.303/2016), dentre elas: Demonstrações Financeiras; B) Sociedade de Proprietários Específicos (SPE); c) Processo de Licitação; d) Despesas com Pessoal e o Público; e) Segurança Cibernética.

AMBIENTE REGULADO

A regulamentação do ambiente dos mecanismos mais eficientes e eficazes para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pelo Lei Federal 12.527/2011 (de Access to Information Act), no artigo 10, 2020, no âmbito do Poder Executivo. O controle social das ações do Estado é mediado indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

Atendendo ao princípio de transparéncia ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a Sanepar aderiu ao Pacto da Transparéncia, dando publicidade aos atos de sua administração, estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações da Companhia. A Sanepar no Portal da Transparéncia da Sanepar, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Várias outras ações realizadas em 2019 também podem ser destacadas:

- Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos;
- Revisão da Política de Investimentos;
- Revisão da Política de Divulgação do Ato ou Fato Relevante;
- Implantação da Política de Contratação de Auditoria Independente;
- Unificação do Comitê de Ética e Comissão Disciplinar com a implantação do Comitê de Conduta, tornando firme a aplicação dos princípios da conduta ética e apurar denúncias de violações ao Código de Conduta e Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade, com a participação dos empregados;
- Estruturação do Programa de Integridade;
- Implantação do Código de Conduta e Integridade da Fornecedor e Parceiros de Negócio.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como estrutura sob a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos aos seus acionistas.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

mento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico, ambos de atuação permanente e independente.

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como estrutura sob a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos aos seus acionistas.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como estrutura sob a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos aos seus acionistas.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

ESTRÉGIA E OLHAR PARA O FUTURO

Saúde e sustentabilidade para a sociedade

O planejamento estratégico da Sanepar está alinhado à Lei 13.303/2016, aos princípios institucionais e aos valores da empresa (Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Compreendimento, Profissionalismo, Transparéncia e Ética). A Sanepar passou por uma revisão de suas estratégias que destacou as percepções das partes interessadas e o ambiente de negócios da empresa. A Sanepar passou por uma revisão de suas estratégias que destacou as percepções das partes interessadas e o ambiente de negócios da empresa. Essa nova metodologia facilitou o processo de construção de lucros e resultados para a Companhia.

PROSPÉRITO

Saúde e Sustentabilidade para a Sociedade.

MISSÃO

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Companhia.

Assegurar serviços de saneamento ambient

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01682-7
www.sanepar.com.br



O desenvolvimento do Plano visa garantir a qualidade da água, com metodologias de avaliação e gestões de mananciais e políticas de operação do sistema. Dessa forma, tem-se uma abordagem de segurança preventiva, com uma gestão que se inicia no manancial de abastecimento, passa pelas estações de tratamento e vai até o sistema de distribuição.

Essa ferramenta possibilita a organização e a estruturação do sistema para minimizar a chance de incidentes que poderiam resultar em impactos negativos na qualidade e na disponibilidade da água. Em 2019, foram investidos cerca de R\$ 335 mil nas primeiras ações para efetivação do Plano de Segurança da Água.

As diretrizes e ações referentes à recuperação de áreas e conservação de mananciais foram reformuladas para atendimento ao Plano de Segurança da Água.

AQUA TRATADA É A MELHOR ESCOLHA

A água da Sanepar é tratada com cloro, o que garante a sua potabilidade e qualidade, e com flúor, que auxilia na prevenção de cárries

dentárias. A Companhia segue procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água, de mananciais e sistemas de abastecimento. O trabalho é realizado nas 168 estações de tratamento de água, 4 laboratórios centrais e 153 laboratórios descentralizados de análise da qualidade da água que a empresa possui no Paraná, realizando aproximadamente 560 mil análises por mês. As ações garantem a qualidade da água que distribui.

Resultados de alguns parâmetros, resultados de algumas ações preventivas e de tratamento, foram divulgados periodicamente no site da empresa, em um relatório anual e também, de forma resumida, na conta mensal de seus clientes, em atendimento ao Decreto Federal 6440/2005, além da divulgação das ações de tratamento e manutenção municipais e estaduais e para a Ministério da Saúde.

Para garantir a qualidade da água dos rios urbanos, o Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU) faz o monitoramento das condições de água com a medição do teor de oxigênio dissolvido em diferentes tipos de rios, como rios e galerias, que permite detectar pontos para consertos na rede coletora e eliminar assim ligações clandestinas e lançamentos de esgoto em corpos hídricos.

Em 2019, foram monitorados, em Curitiba, os rios Belém (trecho Norte), Uva, Bacacheri, Palmital e Córrego de Mueller, na Região Metropolitana de Curitiba, e os rios Formiga e Resende e o Rio Foz do Iguape, foram levantadas as condições das bacias dos rios Monjolho e M'Boiçuc.

GESTÃO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

As quatro barragens que fazem parte do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) – Iral, Pirapóquara I e II e Passaúna – são operadas, inspecionadas e monitoradas periodicamente, segundo determinações da Lei Federal 12.334/2010, que instituiu no país a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Paralelamente, o sistema em operação é designado como responsável por um profissional qualificado, com formação em Engenharia Civil, especialização em Segurança de Barragens e Gestão de Projetos de Recursos Hídricos, com atuação em engenharia de Construção Civil. Também há acompanhamento regular executado periodicamente por uma equipe multidisciplinar interna e externa de engenheiros e técnicos, especializados em diversas áreas, como Hidráulica, Química, Mecânica, Hidráulica, Geologia, Estruturas, Geotécnica, Geologia, Operação e Manutenção.

Além de visar a segurança da barragem e de sua operação, o trabalho de monitoramento e inspeção também garante melhor aproveitamento dos recursos hídricos em relação a quantidade e qualidade da água. A Sanepar obedece as diretrizes do Plano Nacional de Segurança de Barragens, instituído pela Lei Federal 12.334/2010 e a Portaria 300, publicada pelo Instituto das Águas, órgão estadual responsável pela fiscalização das barragens no Paraná. E também segue o Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens, publicação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em 2012, a Sanepar solicitou ao órgão fiscalizador a classificação de suas quatro barragens devido ao porte e tamanho dos seus reservatórios. Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão. O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

ESGOTO

A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO

O esgotamento sanitário é um dos maiores desafios para melhorar a condição de água e saúde dos brasilienses, que é o contraste da densidade de vacinação e de acesso a água com os principais fatores de proteção ambiental, ao reduzir o despejo de dejetos em rios e águas servidas (esgoto) e, por fim, fazer o tratamento do esgoto.

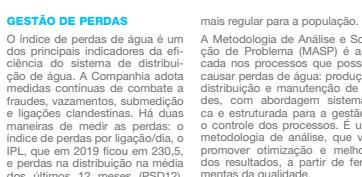
Nas décadas de 1980 e 1990, a Sanepar implantou uma série de ETES baseadas nos sistemas RAL (reator anaeróbio de lodo fluidizado) e UASB (Upflow Anaerobic Sludge Blanket). Com o avanço do legislação ambiental, cada vez mais restritiva, esses sistemas, em determinadas situações, se tornaram insuficientes para atingir a eficiência exigida. Atualmente continuam fazendo parte do tratamento de efluentes da Companhia, porém em menor volume, para atender a exigências ambientais estabelecidas.

A Companhia cumpre os prazos legais estabelecidos pelo órgão fiscalizador para entrega de cada um desses volumes. Desde 2010, entrega os volumes I, II, III e IV.

Está em fase de execução os estudos de contratação do Volumen V - Revisão Periódica de Segurança de Barragens (Consultoria Externa) e Plano de Ação de Emergência (PAE). O objetivo é minimizar os riscos e reduzir impactos junto às populações à jusante das barragens e linderas, na eventualidade de um acidente.

A conclusão desses documentos está prevista para o fim de 2020, dentro do prazo legal. Vale destacar

que é foco de ações de controle e mitigação por parte da Sanepar.



mais regular para a população. A Metodologia de Análise e Solução de Problema (MASP) é aplicada nos processos que possam causar perda de água, previsão, distribuição e monitoramento de despesas, com abordagem sistemática e estruturada para a gestão e o controle dos processos. É uma metodologia de análise, que visa promover otimização e melhoria dos resultados, a partir de ferramentas de dados.

O MASP, aliado à técnica do Balanço Hídrico, permite a identificação das causas das perdas, de modo a dimensionar ações mais assertivas para a melhoria da eficiência dos processos.

Outra prática importante é a gestão da rede de hidrômetros, de forma que estejam corretamente dimensionados e atualizados tecnologicamente, de acordo com o perfil de consumo de cada cliente. Os equipamentos também são submetidos a testes periódicos de verificação, evitando falhas na medição pelo desgaste nas peças internas. A cada ano, são trocados cerca de 400 mil hidrômetros no Estado.

Outra causa das perdas são as fraudes no hidrômetro e as ligações clandestinas, problema que tem aumentado nos últimos anos e que é foco de ações de controle e mitigação por parte da Sanepar.

Também é feito o monitoramento das pressões e vazões nas redes de distribuição, essencial para identificação de vazamentos e direcionamento das equipes de manutenção. Essa gestão das pressões é fator relevante para controle dos vazamentos, além de proporcionar um abastecimento

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Proprietários de áreas localizadas em bacias de mananciais podem ser beneficiados com o Programa de Serviços Ambientais (PSA), desenvolvido pela Sanepar para incentivar medidas de preservação das condições naturais do território, em especial, da água e do solo. O PSA é aplicado no entorno do Reservatório Pirapóquara I, na Região Metropolitana de Curitiba, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo (Sectur) e o município de Pirapóquara. Em chamamento público, foram selecionados 11 proprietários, que vão receber R\$ 250 mil do PSA.

FIOS URBANOS

Para garantir a qualidade da água dos rios urbanos, o Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU) faz o monitoramento das condições de água com a teor de oxigênio dissolvido em diferentes tipos de rios e galerias, que permite detectar pontos para consertos na rede coletora e eliminar assim ligações clandestinas e lançamentos de esgoto em corpos hídricos.

Em 2019, foram monitorados, em Curitiba, os rios Belém (trecho Norte), Uva, Bacacheri, Palmital e Córrego de Mueller, na Região Metropolitana de Curitiba, e os rios Formiga e Resende e o Rio Foz do Iguape, foram levantadas as condições das bacias dos rios Monjolho e M'Boiçuc.

Paralelamente, o sistema em operação é designado como responsável por um profissional qualificado, com formação em Engenharia Civil, especialização em Segurança de Barragens e Gestão de Projetos de Recursos Hídricos, com atuação em engenharia de Construção Civil. Também há acompanhamento regular executado periodicamente por uma equipe multidisciplinar interna e externa de engenheiros e técnicos, especializados em diversas áreas, como Hidráulica, Química, Mecânica, Hidráulica, Geologia, Estruturas, Geotécnica, Geologia, Operação e Manutenção.

Além de visar a segurança da barragem e de sua operação, o trabalho de monitoramento e inspeção também garante melhor aproveitamento dos recursos hídricos em relação a quantidade e qualidade da água.

A Sanepar obedece as diretrizes do Plano Nacional de Segurança de Barragens, instituído pela Lei Federal 12.334/2010 e a Portaria 300, publicada pelo Instituto das Águas, órgão estadual responsável pela fiscalização das barragens no Paraná.

E também segue o Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens, publicação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em 2012, a Sanepar solicitou ao órgão fiscalizador a classificação de suas quatro barragens devido ao porte e tamanho dos seus reservatórios.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

ESGOTO

A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO

O esgotamento sanitário é um dos maiores desafios para melhorar a condição de água e saúde dos brasilienses, que é o contraste da densidade de vacinação e de acesso a água com os principais fatores de proteção ambiental, ao reduzir o despejo de dejetos em rios e águas servidas (esgoto) e, por fim, fazer o tratamento do esgoto.

Nas décadas de 1980 e 1990, a Sanepar implantou uma série de ETES baseadas nos sistemas RAL (reator anaeróbio de lodo fluidizado) e UASB (Upflow Anaerobic Sludge Blanket). Com o avanço do legislação ambiental, cada vez mais restritiva, esses sistemas, em determinadas situações, se tornaram insuficientes para atingir a eficiência exigida. Atualmente continuam fazendo parte do tratamento de efluentes da Companhia, porém em menor volume, para atender a exigências ambientais estabelecidas.

A Companhia cumpre os prazos legais estabelecidos pelo órgão fiscalizador para entrega de cada um desses volumes. Desde 2010, entrega os volumes I, II, III e IV.

Está em fase de execução os estudos de contratação do Volumen V - Revisão Periódica de Segurança de Barragens (Consultoria Externa) e Plano de Ação de Emergência (PAE). O objetivo é minimizar os riscos e reduzir impactos junto às populações à jusante das barragens e linderas, na eventualidade de um acidente.

A conclusão desses documentos está prevista para o fim de 2020, dentro do prazo legal. Vale destacar

que é foco de ações de controle e mitigação por parte da Sanepar.

Também é feito o monitoramento das pressões e vazões nas redes de distribuição, essencial para identificação de vazamentos e direcionamento das equipes de manutenção. Essa gestão das pressões é fator relevante para controle dos vazamentos, além de proporcionar um abastecimento

que as barragens da Sanepar são seguras por terem sido construídas com boas práticas de engenharia e por terem acompanhamento e manutenção de operação e instalação.

A nova barragem do SAIC, a do Rio Miriniquava, em construção, terá o seu Plano de Segurança das Barragens antes do primeiro enchimento do reservatório, conforme preconiza a legislação já citada.

RELACIONES COM INSTITUIÇÕES EXTERNAS

A Sanepar mantém parceria com Defesa Civil Municipais e Estadual, para auxiliar na elaboração de estudos de impacto ambiental das barragens, de acordo com a Lei 12.608/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para a realização de simulados, levantamento de áreas de risco, monitoramento e tratamento de ocorrências de emergência perigosa no entorno de mananciais de abastecimento público.

Também estabelece convênios com as prefeituras, visando a proteção das áreas de entorno da barragem. A Sanepar é sócia do Comitê Brasileiro de Barragens (CBB) e tem representação na Diretoria do Comitê Brasileiro de Barragens - Regional Paraná. O CBB é um agente facilitador no intuito de colaborar com a elaboração e implementação de estudos de impacto ambiental das barragens e obras associadas sejam técnicas, ambientais e socialmente adequadas para a sociedade.

Em 2019, foi realizado em Curitiba o I Simpósio Nacional que debatou a segurança de barragens de abastecimento e irrigação. Promovido pela Sanepar, pelo CBB e pelo Instituto do Meio Ambiente do Paraná (Iep), o simpósio reuniu especialistas do segmento de abastecimento de água e de irrigação.

RISCOS DE DESASTRES EM MANAÇÕIS

As quatro barragens que fazem parte do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) – Iral, Pirapóquara I e II e Passaúna – são operadas, inspecionadas e monitoradas periodicamente, segundo determinações da Lei Federal 12.334/2010, que instituiu no país a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Paralelamente, o sistema em operação é designado como responsável por um profissional qualificado, com formação em Engenharia Civil, especialização em Segurança de Barragens e Gestão de Projetos de Recursos Hídricos, com atuação em engenharia de Construção Civil. Também há acompanhamento regular executado periodicamente por uma equipe multidisciplinar interna e externa de engenheiros e técnicos, especializados em diversas áreas, como Hidráulica, Química, Mecânica, Hidráulica, Geologia, Estruturas, Geotécnica, Geologia, Operação e Manutenção.

Além disso, a Sanepar é responsável por um sistema de monitoramento de riscos e impactos que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

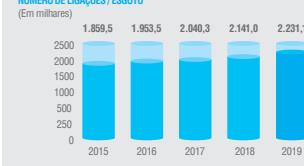
Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar a suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram realizadas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portaria deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, que contam com a Portaria 2016.

NÚMERO DE LIGAÇÕES / ESGOTO

(Em milhares)



¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar

ECONOMIAS ATIVAS / ESGOTO

(Em milhares)



¹ Em 2017, houve a mudança de estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³

VOLUME FATURADO / ESGOTO

(Em milhares de metros cúbicos)



¹ Em 2017, houve a mudança de estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³

LITORAL SANEADO

No verão de 2019, o Litoral paranaense recebeu os veranistas com os melhores indicadores de balneabilidade do país. Com investimentos de R\$ 49,6 milhões em 2018-2019, na última etapa das obras de melhoria do saneamento, que aumentaram as estações de tratamento de Matinhos e Pontal do Paraná, o atendimento com rede coletora chegou a 81% no Litoral.

Além disso, foram entregues obras que aumentaram a capacidade de reservação de água, que possuem o maior potencial de uso de águas servidas (esgoto) e, por fim, foram implementadas novas estruturas em situações de emergência.

Intervenções necessárias, os TAJs impuseram à Sanepar um conjunto de ações desafiadoras para serem implementadas nos prazos acordados. Contudo, não bastam apenas desafios, é necessário também uma mudança de cultura organizacional para atingir os objetivos.

Entre essas ações, estão a criação da Diretoria Adjunta de Compliance Ambiental e de um grupo de trabalho de governança cujos objetivos são de realizar análise crítica dos relatórios das ações e monitoramento das ETEs contempladas nos Acordos Juizados, bem como acompanhar os cronogramas e avançar os relatórios do auto monitoramento.

Outra ferramenta importante no contexto do Compliance Ambiental foi a implementação do Programa de Capacitação em Legislação Ambiental. O objetivo desse treinamento foi proporcionar aprofundamento, análise e discussão das exigências ambientais estabelecidas.

A Sanepar, em seus 56 anos de história se empenhou na busca da excelência no saneamento básico no Paraná. Evidentemente, a água é a matéria-prima mais importante para a vida, é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar das pessoas, é essencial para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

O Termo de Ajuste de Conduta Juizada está sendo um grande desafio para a Sanepar, sobretudo no que diz respeito às diferentes níveis da Companhia. Da operação à alta direção, foi destacado que é necessário dedicação para que aconteça a mudança de rotinas e processos.

CARGA REMOVIDA NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO

A função das estações de tratamento de esgoto é remover a carga poluidora, atendendo aos limites dos diferentes parâmetros ambientais estabelecidos.

Além de monitorar e descartar, a Sanepar mede a carga removida do processo de tratamento. O indicador utilizado leva em consideração os limites-padrão de tratamento das estações de tratamento de esgoto.

Considerando a complexidade e especificidade das provindências

Programa de Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A experiência começou na Região Metropolitana de Curitiba e se expandiu para outras regiões do Estado. Em regiões como as de Umuarama e de Campo Mourão, onde a agricultura tem forte presença, 100% do lodo é direcionado para essa finalidade.

Desde 2007, foram destinadas para a agricultura cerca de 300 mil toneladas de lodo e há projetos para ampliar essa prática em todas as regiões do Estado. Essa experiência já consolidou a infraestrutura de elaboração de normas pelo Conselho (Resolução 375/2006) e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do

Paraná (Resolução SEMA 021/2009), disciplinando o uso agrícola. Antes de ser enviado às áreas agrícolas, o lodo de esgoto deve passar por tratamento a partir da fase de qualificação, sendo afetado as quantidades de metanossobras, sanitários que, em 2019, movimentaram 64 mil toneladas de sedimentos, atendendo a uma população de 290 mil habitantes.

A experiência na gestão de resíduos sólidos urbanos para sete municípios na região Norte do Estado. Por meio de contratos com os municípios de Cianorte, Apucarana e Cornélio Procópio, a Companhia administra três aterros sanitários que, em 2019, movimentaram 64 mil toneladas de sedimentos, atendendo a uma população de 290 mil habitantes.

RESÍDUOS SÓLIDOS

A Sanepar faz a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido foi de R\$ 1.080 milhões, um crescimento de 21,0% em relação ao exercício anterior. A margem líquida cresceu na proporção de 1,7% p.p. (2018: 36,0%; 2019: 36,4%). O aumento do lucro líquido é resultado do crescimento da receita líquida, da eficiente gestão dos custos e despesas, que a Companhia vem apresentando nos últimos exercícios, e da economia trazida pelo decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A determinação legal concedeu aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 32,0% do lucro líquido ajustado. Considera-se política de dividendos da empresa prevê que a Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aplicar a distribuição de dividendos adicionais a juros sobre capital próprio de até mais 25% do lucro líquido. A Administração da Companhia está proposta a distribuição de 32,0% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio, mais 25% do lucro líquido, referentes ao resultado de 2019. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2019. O rendimento da ação aos acionistas (Dividend Yield) foi de 6,1% em 2019.



▲ CAGR 25,3%
Percentual médio de crescimento do lucro líquido entre 2015 e 2019.



▲ CAGR 25,3%
Percentual médio de crescimento do lucro líquido entre 2015 e 2019.

RENTABILIDADE

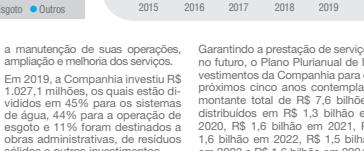
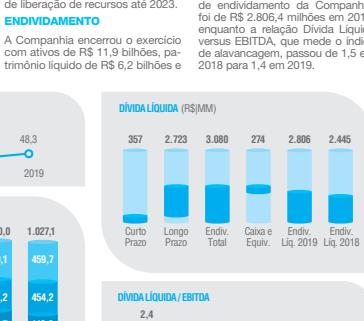
Com o desempenho alcançado, a Companhia apresentou crescimento na rentabilidade em relação ao patrimônio líquido: o índice passou de 16,4% em 2018 para 18,2% neste exercício. O retorno sobre o capital investido também apresentou boa performance, passando de 12,6% em 2018 para 13,5% em 2019.



▲ CAGR 13,8%
Percentual médio de crescimento da geração de caixa operacional entre 2015 e 2019.

divida total de R\$ 5,8 bilhões. O índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 48,3% em 2019, próximo ao índice alcançado no ano anterior de 47,0%.

DÍVIDA LÍQUIDA
A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 2.806,4 milhões em 2019, enquanto a relação Dívida Líquida sobre o EBITDA, que inclui o índice de alavancagem, passou de 1,5 em 2018 para 1,4 em 2019.



▲ CAGR 2,4%
Percentual médio de crescimento da dívida líquida entre 2015 e 2019.

Garantindo a prestação de serviços no futuro, o Plano Plurianual de Investimentos da Companhia para os próximos cinco anos contempla o montante total de R\$ 7,6 bilhões, distribuídos em R\$ 1,3 bilhão em 2020, R\$ 1,6 bilhão em 2021, R\$ 1,6 bilhão em 2022, R\$ 1,5 bilhão em 2023 e R\$ 1,6 bilhão em 2024.



▲ CAGR 2,4%
Percentual médio de crescimento dos investimentos entre 2015 e 2019.

A manutenção de suas operações, a melhoria e melhoria das estruturas.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.027,1 milhões, os quais estão divididos em 45% para os sistemas de água, 44% para a operação de esgoto e 11% foram destinados a obras administrativas, de residuos sólidos e outros investimentos.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 1.0

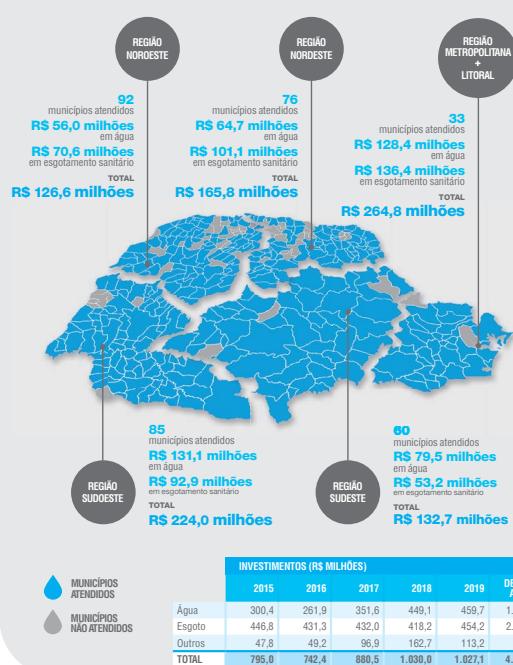
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01662-7
www.sanepar.com.br



brasasca

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

INVESTIMENTOS POR REGIÃO



ACÕES

O ano de 2019 foi marcado pela valorização das ações da Companhia, que fecharam em alta em relação ao ano anterior, com destaque para as ações preferenciais que tiveram alta de 97,0% em relação ao fechamento de 2018. As ações da Companhia estão listadas na B3 (Bolsa de Valores do Brasil B3, sob os códigos: SAPR3 (ações ordinárias), SAPR4 (ações preferenciais) e SAPR11 (UNITS)). As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2019 com a cotação de R\$ 17,40, apresentando variação positiva de 3,8% em relação ao fechamento de dezembro de 2018, quando a cotação de cada ação era de R\$ 16,77.

As ações preferenciais (SAPR4) fecharam o exercício contadas a R\$ 21,08, contra R\$ 10,70 em dezembro do ano anterior, uma variação positiva de 97,0%.

As UNITS (SAPR11), lançadas em 2017 e formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2019

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)						
	2015	2016	2017	2018	2019	DE 2015 A 2019
Água	300,4	261,9	351,6	449,1	459,7	1.822,7
Esgoto	446,8	431,3	432,0	418,2	454,2	2.182,5
Outros	47,8	49,2	95,9	162,7	113,2	469,8
TOTAL	795,0	742,4	880,5	1.030,0	1.027,1	4.475,0

com valor de R\$ 101,42, ante R\$ 61,50 em dezembro de 2018, apresentando variação positiva de 64,9%.

O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R\$ 15.336,3 milhões em 2019, 125,2% superior ao volume registrado no ano anterior (R\$ 6.809,5 milhões).

A Companhia também realizou, cada vez mais em inovação e tecnologia, para estreitar o relacionamento e facilitar a comunicação, permitindo o livre acesso a consultas e solicitações de serviços. A Sanepar realizou também pesquisas de satisfação por meio de empresas especializadas em pesquisas de satisfação. A previsão é que para o ano de 2020 sejam realizadas duas pesquisas visando uma melhor consolidação dos resultados obtidos.

A modernização das centrais de relacionamento presencial, a ampliação da estrutura de teleatendimento e a disponibilização de canais de atendimento virtuais, além de empregados capacitados, visam oferecer um atendimento ágil, potencializando a satisfação do cliente.

SANEPAR MOBILE

Para o cliente final, é possível acessar a Sanepar com um simples toque no tablet ou smartphone. Um aplicativo que funciona nas plataformas Android e iOS está disponível gratuitamente nas lojas Google Play e App Store. Há três anos, o app teve mais de 20 mil downloads nas lojas Google Play e App Store. O aplicativo permite a realização de serviços *on-line*, como atualização de cadastro, verificação de falta de água, solicitação de serviços, pagamento de vencimento de fatura, obtenção de código de barras e informações sobre pagamentos, débitos, leitura, leitura e consumo. Os serviços podem ser solicitados inclusive nos sábados, domingos ou feriados.

O acesso ao aplicativo é feito pelo titular da conta, por matrícula cadastrada. Em condomínios, o acesso é possível ao síndico ou a outro responsável pela gestão da conta.

O aplicativo foi criado para informar a Sanepar das áreas comerciais e de tecnologia da informação, no intuito de melhorar o processo de relacionamento com o cliente.

TOTENS DE AUTOATENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços da Sanepar, a Companhia iniciou em 2018 a instalação de totens de autoatendimento nos municípios maiores. Em Curitiba, por exemplo, elas estão nas chamadas Praças Cívicas, instaladas pela Prefeitura que concretiza a oferta de serviços dos governos municipal, estadual e federal.

Há 100 totens em funcionamento no Estado e, em 2019, os totens foram estendidos a ambientes externos, como supermercados e terminais de ônibus. Nos totens, podem ser realizadas consultas de consumo, débitos, consumo, pagamentos e suspenção no abastecimento; emissão de segunda via; atualização cadastral; solicitação de consertos e pagamento de cartão de água/esgoto com cartão de débito.

QR CODE

O QR Code, um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado com câmera de telefones celulares, está sendo implementado no verso das contas mensais e também em caixas de papelão e copos de água enviada da Companhia.

A ferramenta vem sendo utilizada para informar o cliente sobre ações comerciais da Sanepar, divulgação da Sanepar Mobile, cadastramento da conta em débito automático, totens de autoatendimento e na emissão de boletos.

É importante ressaltar que os totens de autoatendimento e o QR Code são ferramentas que facilitam a prática do subsídio cruzado com a gestão de todos os seus sistemas de forma a garantir o atendimento a todas as populações, independentemente de sua condição econômico-social.

A estrutura tarifária é dividida em categorias residencial, comercial, industrial, poder público e utilidade pública.

Com as Tarifas Diferenciadas, a Sanepar pode fazer a ampliação progressiva da cobertura de todos os serviços de saneamento básico.

TARIFA SOCIAL: Clientes residenciais de baixa renda. Em 2019, beneficiou 184 mil famílias, o que equivale a 5% do número de economias residenciais da Sanepar e um subsídio de R\$ 111,9 milhões no ano;

Tarifa Micro e Pequeno Comércio: Clientes que exercem

revisão a cada quatro anos, para ajustes de metas, projetos e ações.

Entre os serviços integrantes dos planos, estão abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano,

drenagem e destinação das águas da chuva.

CLIENTE FINAL

A estrutura de relacionamento com o cliente é composta por vários canais, conforme a figura:



Esses canais visam atender todo perfil do cliente, tanto os que buscam por mobilidade, pelo autoatendimento virtual ou físico, e os que optam pelo atendimento telefônico ou presencial.

Quando a Sanepar fala em cliente final, refere-se a um universo de 4 milhões de pessoas (ou domicílios/imóveis) abastecidas com água. Dentre essas pessoas, 1,2 milhão também são servidas por rede de coleta de esgoto e 290 mil que têm seus resíduos sólidos destinados aos aterros sanitários geridos pela Sanepar. Com tão expressivo número de clientes, o desafio é assegurar atendimento de excelência.

Visando a melhoria do atendimento, as ações nessa área da Sanepar vêm sendo desenvolvidas desde 2019. A Companhia vem investindo cada vez mais em inovação e tecnologia, para estreitar o relacionamento e facilitar a comunicação, permitindo o livre acesso a consultas e solicitações de serviços. A Sanepar realizou também pesquisas de satisfação por meio de empresas especializadas em pesquisas de satisfação, que têm sido realizadas desde 2019. A previsão é que para o ano de 2020 sejam realizadas duas pesquisas visando uma melhor consolidação dos resultados obtidos.

A modernização das centrais de relacionamento presencial, a ampliação da estrutura de teleatendimento e a disponibilização de canais de atendimento virtuais, além de empregados capacitados, visam oferecer um atendimento ágil, potencializando a satisfação do cliente.

SANEPAR MOBILE

Para o cliente final, é possível acessar a Sanepar com um simples toque no tablet ou smartphone.

Um aplicativo que funciona nas plataformas Android e iOS está disponível gratuitamente nas lojas Google Play e App Store. O app teve mais de 20 mil downloads nas lojas Google Play e App Store. O aplicativo permite a realização de serviços *on-line*, como atualização de cadastro, verificação de falta de água, solicitação de serviços, pagamento de vencimento de fatura, obtenção de código de barras e informações sobre pagamentos, débitos, leitura, leitura e consumo. Os serviços podem ser solicitados inclusive nos sábados, domingos ou feriados.

O acesso ao aplicativo é feito pelo titular da conta, por matrícula cadastrada. Em condomínios, o acesso é possível ao síndico ou a outro responsável pela gestão da conta.

O aplicativo foi criado para informar a Sanepar das áreas comerciais e de tecnologia da informação, no intuito de melhorar o processo de relacionamento com o cliente.

TOTENS DE AUTOATENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços da Sanepar, a Companhia iniciou em 2018 a instalação de totens de autoatendimento nos municípios maiores. Em Curitiba, por exemplo, elas estão nas chamadas Praças Cívicas, instaladas pela Prefeitura que concretiza a oferta de serviços dos governos municipal, estadual e federal.

Há 100 totens em funcionamento no Estado e, em 2019, os totens foram estendidos a ambientes externos, como supermercados e terminais de ônibus. Nos totens, podem ser realizadas consultas de consumo, débitos, consumo, pagamentos e suspenção no abastecimento; emissão de segunda via; atualização cadastral; solicitação de consertos e pagamento de cartão de água/esgoto com cartão de débito.

QR CODE

O QR Code, um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado com câmera de telefones celulares, está sendo implementado no verso das contas mensais e também em caixas de papelão e copos de água enviada da Companhia.

A ferramenta vem sendo utilizada para informar o cliente sobre ações comerciais da Sanepar, divulgação da Sanepar Mobile, cadastramento da conta em débito automático, totens de autoatendimento e na emissão de boletos.

É importante ressaltar que os totens de autoatendimento e o QR Code são ferramentas que facilitam a prática do subsídio cruzado com a gestão de todos os seus sistemas de forma a garantir o atendimento a todas as populações, independentemente de sua condição econômico-social.

A estrutura tarifária é dividida em categorias residencial, comercial, industrial, poder público e utilidade pública.

ESTRUTURA TARIFÁRIA

Para promover a modicidade de tarifa, a Sanepar criou a estrutura tarifária que garante o valor justo pelo volume consumido. A estrutura tarifária possibilita que os sistemas de água e de esgoto sejam sustentados por uma única fonte de receita (tarifa), necessária para assegurar a continuidade da operação. Permite ainda o atendimento das famílias carentes, por meio da Tarifa Social, a fim de viabilizar serviços (água/esgoto) a preços acessíveis a todos os segmentos da população, especialmente os mais pobres. Através da tarifa social, é possível contribuir com a gestão de todos os seus sistemas de forma a garantir o atendimento a todas as populações, independentemente de sua condição econômico-social.

A estrutura tarifária é dividida em categorias residencial, comercial, industrial, poder público e utilidade pública.

Com as Tarifas Diferenciadas, a

Sanepar atende a todos os grupos de clientes: Poder Concedente, que autoriza a prestação do serviço por meio de contratos, e os Clientes Finais, abastecidos com água potável e que têm à disposição serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Entre os serviços integrantes dos planos, estão abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano, drenagem e destinação das águas da chuva.

CLIENTE FINAL

A estrutura de relacionamento

com o cliente é composta por vários canais, conforme a figura:

PRESENCIAL

Centrais de Relacionamento Ouvidoria

TELEFÔNICO

Teleatendimento Recorrente URA Ouvidoria

MOBILIDADE

Sanepar Mobile QR Code

VIRTUAL

Autodisponibilidade URA

Fale Conosco Ouvidoria On-line

Facebook

Correio eletrônico

Paraná Inteligência Artificial - PIA

LEITURA

Agentes Comerciais de Campo

atividades comerciais e se enquadram no Programa de Isenção de Impostos do Governo do Estado, com pagamento total anual estabelecido em Decreto Estadual na condição de micro e pequena empresa ou microempreendedor individual (MEI).

Equivalente a 2,5% do número de economias comerciais da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 4,3 milhões no ano.

• Tarifas das Entidades Assistenciais e Filantrópicas: Instituições que oficialmente estão registradas nos órgãos públicos e que prestam serviços à comunidade em forma de caridade e obtém recursos para o seu funcionamento através de doações dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da sociedade, sem fins lucrativos. Equivalente a 2,6% da economia de utilidade pública da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 5,8 milhões no ano.

Os critérios de cada uma das Tarifas diferenciadas estão disponíveis no site <http://site.sanepar.com.br> na opção Clientes.

A estrutura tarifária da Sanepar é formada por tarifas em blocos crescentes, ou seja, até o limite do 1º bloco paga-se um determinado preço, o consumo adicional é precificado a uma tarifa maior até o limite do 2º bloco, e assim sucessivamente. O limite social é o consumo mínimo faturável e vai ao encontro do princípio da sustentabilidade, pois acarreta maior estabilidade da receita e possibilidade de atendimento dos objetivos sociais da Companhia.

Esta estrutura tarifária estimula a conservação dos recursos hídricos e favorece principalmente a população mais carenciada a uma demanda mínima, que é oferecida a preços sub-sidados, por meio da tarifa social.

O cliente pode usar o simulador de tarifas para compreender a sua conta. Esta disponível no site da Sanepar em "Entenda a sua Conta" e tem visual semelhante à conta que o cliente recebe.

Com a inserção de dados, como consumo, categoria, local e mês de referência, o cliente pode simular os valores da água e de esgoto.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

ATENDIMENTO TELEFÔNICO

A central de atendimento telefônico da Sanepar funciona 24 horas por dia para receber demandas de seus clientes. O atendimento é feito pelo número 0800 000 20115, gratuitamente. São cerca de 175 atendentes de empresa terceirizada, que se revezam entre turnos para receber chamadas, escutar reclamações, sugestões.

Até final de cada atendimento, é realizado um questionário sobre o consumo e o encaminhamento dado à demanda apresentada pelo cliente. Em 2019, foram atendidas mais de 2 milhões de ligações, e o índice de satisfação com o serviço de central ficou em 88%.

São disponibilizadas ao cliente, no teleatendimento, respostas automáticas na URA (Unidade de Resposta Automática para Informações sobre o consumo e o débito) e diálogos diretos, buscando facilitar e agilizar a informação ao cliente.

OUVIDORIA

A Sanepar disponibiliza a Ouvidoria como canal de comunicação independente e imparcial aos cidadãos que não tenham ficado satisfeitos com o atendimento recebido nos canais convencionais.

Um dos papéis da Ouvidoria é promover a participação dos cidadãos e mediar os conflitos, em busca de um diálogo e de entendimento entre o usuário e a Companhia, recebendo, analisando e respondendo as solicitações dos clientes.

Em 2019, a Ouvidoria registrou 11,9 mil protocolos de atendimento e 70 protocolos SICs (Serviço de Informação ao Cidadão) e também destacamos as seguintes ações:

• Adesão à plataforma digital "consumidor.gov" do Procon;

• Adesão às CIPs Eletrônicas (Carta de Informação Preliminar Eletrônica), do Procon-PR;

• Incorporação do processo de gestão das CIPs, do Procon-PR;

• Melhorias no sistema SOS (Sistema de Ouvidoria Sanepar);

• Implementação de Relatórios de Gestão por Diretoria;

• Melhorias no Portal da Transparência da Sanepar, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011);

• Gestão do SIC, referente a solicitações com base na Lei de Acesso à Informação;

• Atendimento à Resolução CGE (Controladoria Geral do Estado do Paraná) nº 10/2018 - Agente de Transparência incorporou-se à Ouvidoria.

COBRANÇA DE TAXA DE LIXO

A Sanepar disponibiliza aos municípios o serviço de cobrança da taxa de lixo, que é feita de maneira mensalmente aos seus clientes.

Para prestar este serviço, é feito um aditamento ao Contrato de Programa ou de Concessão, com benefícios às partes envolvidas. Para o Município, há garantia de fluxo de caixa mensal para os custos das ações de coleta e transporte, estabelecendo a disponibilidade dos resíduos sólidos urbanos; para o cidadão, há o parcelamento da taxa em até 12 vezes e a disponibilidade da taxa social para aqueles que possuem baixa renda; e para a Sanepar, há receita pela prestação do serviço.

Os municípios que usam esse serviço cobram os seus clientes e geram os resíduos sólidos urbanos. O princípio da transparência é respeitado em todas as fases desse processo. A proposta de cobrança da taxa de lixo é debatida entre os poderes públicos e a Companhia de Vereadores, por meio de audiência pública. Além disso, o Ministério Público já se manifestou sobre o tema indicando ações de transparência e respeito ao consumidor que foram implementadas ao processo.

A Sanepar presta este serviço em 122 municípios (120 no Paraná e 22 no Rio Grande do Sul). No final de 2019, a Companhia anunciou a arrecadação da taxa de lixo para mais 10 municípios e iniciou negociações para atender outras localidades.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Comprometida com a satisfação

A Sanepar atende a dois grupos de clientes: Poder Concedente, que

autoriza a prestação do serviço por meio de contratos, e os Clientes Finais,

abastecidos com água potável e que têm à disposição serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Com o objetivo de agradecer a satisfação dos clientes, mantendo, ampliando e inovando sua atuação no setor.

PODER CONCEDENTE

A放手 da concessão é feita entre a Sanepar e o Poder Concedente se dão por meio de Contratos de Programa.

Esse contrato tem prazo de 30 anos e são vinculados aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), portanto tem metas variadas de acordo com as características e condições de abastecimento de água e esgoto de cada município, focando na melhoria da qualidade de vida da população.

Além dos Contratos de Programa, a Companhia possui ainda Contratos de Concessão, vigentes, assinados antes do Marco Regulatório.

RENOVAÇÃO

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar (345 do Paraná e 1 um em Santa Catarina), 336 têm contratos vigentes e dez contratos encerrados com acesos e vendidos em fase de negociação para assinatura de Contratos de Programa. Entre os que estão em vigor, 175 são de Contratos de Programa, ou seja, posteriormente.

O monitoramento dos Contratos de Concessão e de Programa com os municípios é feito por meio de reuniões de trabalho entre a Sanepar e os Técnicos da Companhia, visitam as Prefeituras e promovem encontros com as comunidades para avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento das metas e a identificação de demandas.

RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

O monitoramento dos Contratos de Concessão e de Programa com os municípios é feito por meio de reuniões de trabalho entre a Sanepar e os Técnicos da Companhia, visitam as Prefeituras e promovem encontros com as comunidades para avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento das metas e a identificação de demandas.

PLANO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01662-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

brasca [B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inovação a serviço da saúde e do meio ambiente

As relações complexas entre o acesso à água e o desenvolvimento mostram a urgência de equilibrar a balança entre a demanda por água e a disponibilidade do produto, com forte implicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Sanepar alinhada à sua Política Ambiental de buscar a sustentabilidade ambiental, social e econômica nas suas atividades refletiu seu compromisso com o uso equilibrado dos recursos naturais, a adoção de práticas sustentáveis e a conformidade com as determinações legais.

A empresa desenvolve voluntariamente ações de educação ambiental, mantendo proximidade com os diversos segmentos da sociedade, seus clientes e sua força de trabalho.

Para fortalecer seu compromisso socioambiental, a Sanepar busca ir além da conformidade em seus processos. Para tanto, a inovação tem papel fundamental, está inserida no planejamento estratégico e seu impacto é visível na Política de Desenvolvimento, Inovação, visando assegurar vantagens competitivas, na superação dos desafios atuais e futuros vinculados ao negócio da Companhia.

PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS

A Sanepar tem representação formal e participa ativamente de fóruns colegiados deliberativos ou consultivos de meio ambiente e de recursos hídricos, tanto municipal, estadual e federal. Nesses fóruns, são debatidos e avaliados temas e publicadas resoluções com força legal, dentro de atrações específicas, que podem influenciar no planejamento e na gestão dos recursos da Sanepar.

Neste contexto, a Sanepar atua de forma efetiva nos 11 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Paraná e no Comitê de Bacia Federal do Rio Paranaíba. Nesses Comitês de Bacia, a composição é feita por representantes de diferentes setores da sociedade. Entre suas atribuições, estão o estabelecimento do encadramento em classes de uso dos rios e as diretrizes e procedimentos de manejo da água, além de promover debate e orientação da gestão eficaz dos recursos hídricos e contribuições para a implantação de políticas relacionadas à preservação e ao uso racional da água.

Além dos Comitês de Bacia, a Sanepar tem representação formal no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Conselho Estadual de Meio Ambiente dos principais municípios onde atua, no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, no Conselho Geral de Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nas suas Câmaras Técnicas, por meio da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aebe).

A sistematização e organização da ação da Companhia na representação em Fóruns e Conselhos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos está prevista em procedimento normativo interno.

COMITÉS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM PARTICIPAÇÃO DA SANEPAR:

- COALAR - Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira (com cobrança pelo uso da água instituída desde 2013 pela agência de Bacia)
- Tibagi
- Jordão
- Paraná III
- Baixo Ival e Paraná I
- Pirapona (Pirapó, Paranaípane e 3 e Paranaípana 4)
- Norte Pioneiro (Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2)
- Paranapanema (Comitê Federal em conjunto com os Comitês do Estado de São Paulo)
- Litorânea
- Baixo Iguaçu (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Piquiri (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Alto Ival (implementado com atividades a serem iniciadas)

EMISSÃO DE GASES EFEITO ESTUFA

Em consonância com as práticas de gestão sustentável previstas no Mapa Estratégico da Companhia, anualmente os gases de efeito estufa (GEE) gerados nas atividades da empresa são quantificados para elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).

Os resultados das principais processos de geração de GEE para que a empresa possa fazer o gerenciamento em busca de sua redução ou neutralização. O primeiro inventário da Sanepar foi elaborado em 2008, e o mais recente ao ano de 2007. Há 10 anos a Companhia reporta seu IGEE ao Registro Público do Programa Brasileiro GHG Protocol.

A Sanepar é a única empresa brasileira do setor "Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação" que faz parte do Mapa de Gases de Efeito Estufa (IGEE) da Região Pública de Emissões de Gases. O histórico de emissões da Companhia está disponível no site www.registropublicodeemissoes.com.br.

como a gestão de faturas de energia elétrica, a partir da divisão da modernização das redes, aprimorando o controle das exibições e reativas, das ultrapassagens e adicionais de demanda. A Sanepar tem buscado a diminuição do fator de carga dos sistemas em horários de ponta, período em que a energia elétrica é mais cara, desacelerando a potência elétrica contratada junto à concessionária para horários em que a rede elétrica é menos demandada.

Além disso, tem priorizado a manutenção periódica das unidades operacionais e a aquisição de equipamento de manutenção, em especial de conjuntos motobombas.

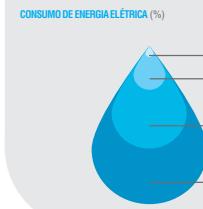
Desde o início de 2019, está sendo feito o monitoramento do consumo de energia elétrica, em tempo real e a distância, de 93 unidades da empresa.

A partir da concepção de um novo negócio respaldado nos conceitos de economia circular, uma usina de biogás de alta tecnologia, a CEB Bioenergética, está iniciando o processo de produção de energia renovável a partir do tratamento simultâneo e inovador de lodo de esgoto e de materiais

orgânicos provenientes de outros grandes geradores. Sua capacidade é de produzir 2,8 MW – energia suficiente para atender aproximadamente 2.100 casas, ou 8.400 pessoas.

Em 2019, a CEB Bioenergética S. A. estreou sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

A Sanepar também tem feito estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termicamente a secagem e a higienização de lodo de esgoto. Os resultados obtidos comprovaram a técnica para reduzir custos operacionais com manejos e disposição final do material. Isso ocorre porque o processamento térmico reduz significativamente o volume final do lodo a ser dispensado, promovendo a higienização sem o uso de aguas tratadas. O resultado da sua vez, pode ser utilizado como fertilizante na agricultura e empregado como biomassa, sendo transformado térmicamente em energia complementar para o seu próprio processo de secagem.



PROJETOS AMBIENTAIS

A empresa desenvolve programas e projetos transversais aos processos corporativos, em consonância com a sua política ambiental de promover e consolidar as ações socioambientais, tanto no setor de educação e cultura quanto no social e não formal, conforme preconizam as políticas Nacionais e Estadual de Educação Ambiental (Leis 9.795/1999 e 17.505/2013), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em 2019, a Sanepar realizou 1,9 mil ações de educação ambiental interna e externa em todo o Estado.

SE LIGUE NA REDE

O Programa Se Ligue na Rede visa garantir que a rede coletora de esgoto disponibilize para a população seja usada de forma correta e de forma a reduzir a poluição dos rios urbanos. Durante a execução das obras de esgotamento sanitário, a Sanepar promove reuniões de educação socioambiental nas comunidades que serão atendidas com o serviço.

Os moradores recebem informações sobre a obra na região, cronograma dos prazos, impactos gerados e orientações sobre as responsabilidades da população e da Sanepara.

São realizados eventos socioeducativos para a formação de agentes que vão disseminar conceitos de saneamento ambiental e, também, são capacitados encanadores e técnicos para a execução de um diálogo com a comunidade acerca das desproporções e dos impactos do empreendimento em suas vidas. Esta é uma prática proporcionalmente forte, aumentando a participação das comunidades na elaboração das ações de saneamento ambiental.

Em 2019, as ações do projeto atingiram o público urbano de Curitiba, com a participação de 145 estagiários e 100 mentores.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Esse movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à licença-patente ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Este movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empresas.

Em 2019, a Sanepar contava com 203 postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação à

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01682-7
www.sanepar.com.br



brasca [B]3
BRASIL BOLSA BALCÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2019	2018	Representado
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	274.059	326.624	
Contas a Receber de Clientes	6	809.736	630.054	
Estoque	7	46.146	38.120	
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	3.935	15.398	
Depósitos Vinculados	8	2.855	6.720	
Outras Contas a Receber	9	37.642	37.616	
Total do Circulante		1.170.743	1.084.530	
Não Circulante				
Contas a Receber de Clientes	6	19.826	22.070	
Depósitos Vinculados	8	55.748	52.948	
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.040		
Depósitos Judicais	19.c	297.755	203.459	
Provisão Financeira Contratuais	10	45.630	57.571	
Ativo de Controlo		1.755.714	1.263.188	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.c	629.063	490.938	
Outras Contas a Receber	9	48.559	50.815	
Total do Não Circulante		10.768.861	8.716.792	
TOTAL DO ATIVO		11.939.604	10.781.322	

PASSIVO

	Nota	2019	2018	
Circulante				
Empreitadas, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos Mercantil Financeiro	14	357.213	478.770	
Empreiteiros e Fornecedores	214.445	190.742		
Contratos de Concessão	15	31.414	60.456	
Impostos e Contribuições	16	100.770	68.133	
Salários e Encargos Sociais	212.875	239.343		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21/23	2.400	183.678	
Reservas	18	2.189	2.545	
Cauções e Retenções Contratuais	20	82.440	62.786	
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	22	56.496	68.179	
Total do Circulante		1.291.383	1.158.832	
Não Circulante				
Empreitadas, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos Mercantil Financeiro	14	2.723.218	2.292.548	
Impostos e Contribuições	15	598	991	
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.065		
Recetas a Apropriar	18	4.900	9.100	
Provisões	19.a	546.672	461.797	
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20	1.154.162	879.002	
Outras Contas a Pagar	22	42.694	61.864	
Total do Não Circulante		4.474.307	3.765.302	
TOTAL DO PASSIVO		5.765.690	5.664.134	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018	
Renda Operacional Líquida	24	4.722.826	4.162.205	
Custos dos Serviços Prestados	25	(1.858.933)	(1.680.042)	
Lucro Bruto		2.863.893	2.482.163	
Despesas Operacionais				
Comerciais	26	(358.196)	(308.232)	
Administrativas	26	(586.556)	(601.315)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(57.612)	(32.726)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(5.658)	(3.829)	
Provisões Civis, Trabalhistas, Tributárias e Financeiras	19.a	(84.875)	43.837	
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	20	(60.084)	(76.011)	
Programa de Participação nos Resultados	27	(76.627)	(134.246)	
Lucras (Despesas) Financeiras		(1.229.608)	(1.111.522)	
Receitas Financeiras	28	65.516	59.363	
Despesas Financeiras	28	(245.917)	(254.989)	
Lucro (Despesas) Financeiras		(180.401)	(205.639)	
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.451.884	1.165.002	
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	(373.650)	(272.515)	
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.089.034	892.487	
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias	33.711	27.802		
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais	742.523	613.585		
Lucro Básico e Diluído por Ação	23.i			
Ordinária		2.01005	1.66100	
Preferencial		2.21105	1.82711	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Social Proposta	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	2.851.089	1.751.820	238.301	9.962	162.816	-	136.666	5.152.654
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	892.487	-	892.487
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	9.231	(9.231)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(3.138)	-	(3.138)
Reserva do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	3.463	(3.463)	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.178)	-	(1.178)
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	70.895	70.895	70.895
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	(24.095)	(24.095)	(24.095)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	900.865	38.392	939.257
Dividendos Adicionais de 2017	-	-	-	-	-	(162.816)	-	(162.816)
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	44.612	-	-	(44.612)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	247	-	(247)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(326.114)	-	(326.114)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	211.907	(97.700)	-	114.207
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	(432.192)	-	(432.192)
31 de Dezembro de 2018	2.851.089	2.184.012	282.913	10.209	211.907	-	177.058	5.171.188
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.080.034	-	1.080.034
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	8.413	(8.413)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.861)	2.861	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	796	(796)	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	(270)	270	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	(234.730)	(234.730)	-
Dividendos Adicionais de 2018	-	-	-	-	-	79.808	(79.808)	-
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	(211.907)	-	(211.907)
Constituição de Reserva Legal	-	-	53.996	-	-	(53.996)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	123	-	(123)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(330.411)	-	(330.411)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	73.932	-	73.932
Retenção de Lucros	-	-	701.582	-	-	(701.582)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2.851.089	2.885.594	336.909	10.332	73.932	-	16.058	6.173.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018	
Receitas			
Vendas de Serviços Prestados	5.078.127	4.479.581	
Outros Resultados	(57.612)	(32.726)	
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(20.850)	(7.747)	
2.999.665	4.439.108		
Despesas Adquiridas de Terceiros			
Produtos e Serviços Consumidos	(121.097)	(79.718)	
Materiais Consumidos	(83.946)	(72.770)	
Energia Elétrica	(174.465)	(155.538)	
Outros Custos de Produtos e Serviços	(467.788)	(434.673)	
Serviços de Terceiros Contratados	(232.630)	(209.281)	
Outras Despesas Operacionais	(103.912)	(25.631)	
Valor Adicionado Bruto	(1.482.826)	(1.247.117)	
Despesas e Amortizações	3.516.837	3.191.991	
Valor Adicionado Líquido	(337.442)	(217.137)	
Valor Adicionado Recibido em Transferência	3.179.395	2.928.604	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.658)	(3.829)	
Receitas Financeiras	65.516	65.516	
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.239.253	2.976.128	
Distribuição do Valor Adicionado			
Empresas e Particulares			
Salários e Encargos Sociais	813.574	768.835	
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governação	8.114	9.836	
Programa de Participação nos Resultados	76.627	134.246	
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	102.835	96.643	
1.002.150	1.009.560		
Governo			
Tributos Federais	903.882	756.449	
Tributos Estaduais	443	510	
Tributos Municipais	2.369	2.342	
905.674	753.301		
Financiadores			
Aluguais	4.478	49.788	
Juros e Variações Monetárias	245.917	264.992	
259.395	314.780		
Admadas			
Juros sobre o Capital Próprio	330.411	326.114	
Dividendos	749.623	468.673	
Turco Líquido do Exercício não Distribuído	3.239.253	2.976.128	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	-	-	
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(1.027.079)	(974.554)	
Depreciações e Amortizações	(2.525)	(5.476)	
Variações Cambiais Iiquidadas	40	22.000	
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	(94.303)	(18.057)	
Reserva de Capital sobre Financiamentos	2.034	(130.797)	
Reserva de Arrendamentos Mercantis	23.707	8.087	
Impostos e Contribuições a Recuperar	(29.042)	(31.533)	
Variações Monetárias sobre Financiamentos	(395.555)	(302.400)	
Variações Cambiais Iiquidadas	(26.469)	(62.923)	
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	(356)	(129)	
Reservas a Apropriar	(4.200)	(4.200)	
Imposta			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”) é uma das Rua Empresários Rebouças em Curitiba, Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por meio de legislação, a promoção e o desenvolvimento a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, aquisição, construção, operação e manutenção de sistemas de esgotos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliação de redes de distribuição de água e esgoto, prestação de serviços de esgotamento sanitário, e prestação de serviços em suas áreas de atuação. A Companhia também atende a órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões, contratos, prestações de serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De todos os 346 contratos que a Companhia possui, 10 (2,9%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 53 (15,3%) vencem de 2020 a 2028 e 263 (76%) vencem de 2029 a 2034, sendo vencimentos após 2039. Para os casos de concessões que não foram renovadas, quando do seu vencimento o município deve rever os direitos da Companhia e os resultados dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou seu contrato com o Município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município deve ocorrer após indicação à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissoras autorizadas a negociar quaisquer tipos de moedas e títulos e aplicações negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bovespa), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia participa com 40% do capital da Companhia do Propósito Especial, sede a formar a Companhia de Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e exploração de águas, energia e outros sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.407/94, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que, quando aplicáveis, seguem a legislação societária brasileira, e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretativas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 06 de fevereiro de 2020.

2.2 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus resultados, de forma que possa possuir condições de garantir a continuidade de todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvida quanto à continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 BASE DE MENSURAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o critério histórico como base de valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos que não são circulantes, conforme apresentado nas notas explicativas de políticas contábeis.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, são expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Nota Explanativa 4
b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota Explanativa 5
c) Contas a Receber de Clientes
Nota Explanativa 6
d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos
Nota Explanativa 6
e) Ativos Financeiros Contratuais
Nota Explanativa 10
f) Investimentos
Nota Explanativa 12
g) Imobilizado e Intangível
Nota Explanativa 13

b) Arrendamento Mercantil Financeiro

A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinada, entre outras, em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciam transações substantivas e riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explanativa 13 e a nota correspondente na Nota Explanativa 14.

i) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment)

Nota Explanativa 13
j) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Nota Explanativa 11
k) Empréstimos, Financiamentos, Débitórios e Arrendamento Mercantil

Nota Explanativa 14
l) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explanativa 17

m) Provisões e Passivos Contábeis

Nota Explanativa 19

n) Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica

Nota Explanativa 20

o) Partes Relacionadas

Nota Explanativa 21

p) Remuneração aos Acionistas

Nota Explanativa 23.h

q) Receitas

Nota Explanativa 24

r) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e consumo, registrados por seus custos de aquisição, de aquisição ou produção. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

s) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados por meio de ajustes de prazo de arrendamento que demonstram contabilidade, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

t) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (anteriormente pela Lei de Contratos de Concessão), que foram registrados na vida útil econômica, bem como em estudo técnico realizados para fins de amortização.

Contratos de Programa: os bens patrimoniais decorantes de “Contratos de Programa”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes normativas para o funcionamento das concessões, em que o concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Sane

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

caso de inadimplência mediante prazo pré-estabelecido para esclarecimento, com a realização de uma reunião de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática de corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Companhia vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Este risco é de natureza de juros: risco de taxa de juro e o risco de variação do juro dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro futuro devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação de taxas de juros de mercados pode rese, principalmente, as obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibili-

lidade da Companhia vir a incorrer em perdas de conta de oscilações reais de juros, bem como em despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras, considerando juros, empréstimos, financiamentos, débitos e arrendamento mercantil sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos.

Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras que são demandadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia. Fim, que calcula as pras rata de apropriação imparcialmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente da caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o propósito de ser convertida em dinheiro de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Depósitos Bancários Livres	4.516	9.324
Depósitos Bancários Vinculados	12.362	25.679
Aplicações Financeiras	16.878	35.003
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.746	91.002
	274.059	326.924

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, a alta liquidez e com baixo risco de manutenção de valor. São considerados para fins de risco de variação os juros, impostos de renda, aplicados em Fundo de Investimento exclusivamente cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 100,31% do CDI (99,00% em 2018).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demandadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o período (inflação medida pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto. A taxa de desconto é a taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações de valor presente podem representar uma receita ou despesa a ser considerada na demonstração do resultado do exercício em que ocorrem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2018	Adições	Receita de A/P	Despesa de A/P	2019
Investimento Não Amortizado	1.110.314	102.748	-	-	1.213.082
Ajuste a Valor Presente	(734.443)	(68.081)	22.765	(94)	(777.853)
TOTAS	375.871	35.667	22.765	(94)	45.209

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (spread entre o IPCA projetado para exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 21 e 30 anos.

11. ATIVO DE CONTRATO

Prática Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47

Contratos para Receber de Clientes: Indemnizam os serviços prestados e fatores decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturados, contabilizados por período de tempo, regredindo ao consumo, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Justificativa do Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a serviços prestados e fatores decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturados, contabilizados por período de tempo, regredindo ao consumo, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual consiste em aportar uma provisão para perdas de contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por tipo de vencimento e prazo de realização em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual consiste em aportar uma provisão para perdas de contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por tipo de vencimento e prazo de realização em cada classe de consumo.

Conforme determinado pelo CPC 47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Fiscais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

montante de R\$522, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversão imediata, os quais transcorrem 12 meses considerando a cotação do dia 31/12/2019 equivalente a R\$2,671.

13. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzidas das reavaliações anteriores pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explanativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vincula-

do aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, contratação ou construção e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido e os pagamentos já realizados e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explanativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados a contratos de concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura

para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens com vida útil definida, o valor do contrato é considerado ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(t). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS		2019		2018	
DESCRIÇÃO	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
Administração	463.513	(166.999)		296.514	168.120
Outras Imobilizações	2.439	(1.237)		1.202	651
TOTAIS	465.952	(168.236)		297.716	168.771

Taxa Média Ponderada

Apresenta a seguinte composição:

POR NATUREZA		2019		2018	
DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	2.929	-	2.929	2.372
Construções Civis	*1,84%	136.427	(23.668)	112.759	53.534
Beneficiárias	2%	2.121	(738)	1.383	1.329
Instalações	*5,83%	8.903	(2.549)	6.354	1.590
Equipamentos	*6,23%	77.885	(26.914)	50.971	45.197
Móveis e Utensílios	7,14%	49.041	(19.757)	29.284	23.745
Equipamentos de Informática	*19,82%	65.129	(32.512)	32.617	11.323
Veículos	*13,65%	97.199	(44.469)	52.710	19.104
Máquinas, Tratores e Similar	*19,35%	23.918	(17.153)	6.765	9.124
Ferramentas	6,67%	1.442	(456)	986	1.024
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	958	-	958	429
TOTAIS	-	465.952	(168.236)	297.716	168.771

Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS		2019		2018	
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada	Representado	Valor Líquido	
Sistemas de Águas	4.667.987	(1.597.285)	3.070.702	2.869.919	
Sistemas de Esgoto	2.224.883	(1.205.081)	4.019.772	3.926.332	
Resíduos Sólidos	3.217	(3.165)	52	-	
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.105	(71.823)	53.282	55.156	
Outros Ativos Intangíveis	154.303	(74.551)	79.752	64.947	
TOTAIS	10.175.465	(2.951.905)	7.223.560	6.936.354	

Taxa Média Ponderada

Aperto de outorga de contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Canoas para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Arrendamento Mercantil:

A Companhia possui: (i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da arrendação de bens de uso e de esgotamento dos direitos de concessão eletro-sistêmico dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou

em fevereiro de 2017, com transferência实质的 dos riscos e benefícios para a Companhia, e (ii) propriedade de direitos de concessão e locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador, a seguir:

POR CONTAS		2019		2018	
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada	Representado	Valor Líquido	
Construções Civis	37.434	(1.572)	35.862	36.488	
Tubulações	147.315	(6.187)	141.128	144.075	
Ligações Prediais	8.227	(607)	7.620	7.933	
Instalações	309	(52)	257	278	
Equipamentos	6.013	(908)	5.105	5.480	
Arrendamento Mercantil - Literal	199.296	(9.326)	189.972	194.214	
Veículos	58.950	(21.914)	37.036	-	
Bens Móveis	28.141	(8.468)	19.673	-	
Bens Imóveis	38.324	(6.245)	32.079	-	
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	125.415	(36.621)	88.788	-	
TOTAIS	324.713	(45.953)	278.760	194.214	
Imobilizado	123.162	(36.102)	87.080	-	
Intangível	201.551	(9.651)	191.700	-	

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.478 referente a contratos de arrendamento mercantil de baixo valor e curto prazo (inferiores a 12 meses).

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	2018	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2019
IMOBILIZADO							
Terrenos	3.272	558	-	-	-	(1)	2.929
Construções Civis	53.534	40.272	(11.119)	(5)	30.066	11	112.759
Beneficiárias	1.329	-	(41)	-	95	-	1.383
Instalações	1.590	4.968	(204)	-	-	-	6.354
Equipamentos	45.197	11.126	(4.081)	(79)	1.373	(2.565)	50.971
Móveis e Utensílios	23.745	5.193	(2.018)	(12)	2.991	(55)	29.284
Equipamentos de Informática	11.930	35.214	(14.567)	(35)	907	(195)	35.017
Veículos	19.104	64.265	(29.844)	-	-	(615)	52.710
Máquinas, Tratores e Similar	9.124	-	(2.501)	-	-	142	6.765
Ferramentas	1.024	43	(81)	-	-	-	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	429	529	-	-	-	-	958
TOTAL IMOBILIZADO	168.771	162.168	(55.046)	(131)	35.432	(3.478)	297.716
INTANGIVEL							
Terrenos	164.454	3.650	-	-	2.964	-	171.068
Poços	104.171	-	(1.819)	3	9.476	(18)	111.810
Barreiros	63.387	68	(2.920)	(7)	43	65	63.682
Construções Civis	16.118.198	7.916	(50.831)	(344)	168.127	(13.790)	17.273.336
Beneficiárias	20.804	108	(683)	(77)	3.726	(296)	23.582
Instalações	3.830.359	14.607	(125.996)	(505)	224.872	(21.460)	3.921.877
Ligações Prediais	482.499	285	(22.712)	(810)	59.367	(1.169)	517.460
Instalações	103.714	2.952	(10.044)	(1.037)	5.399	-	100.984
Equipamentos	316.848	29.260	(26.202)	(5.070)	20.500	2.565	337.999
Móveis e Utensílios	2.930	108	(314)	(74)	40	194	2.477
Equipamentos de Informática	18.269	5.278	(5)	(871)	-	-	18.533
Veículos	7.699	5	(1.003)	-	-	816	7.517
Máquinas, Tratores e Similar	4.945	9	(856)	-	-	(142)	3.954
Ferramentas	87	-	(12)	-	1	-	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	25	-	(3)	-	-	-	22
Proteção e Preservação Ambiental	4.329	74	(1.816)	(85)	4.157	-	6.659
Concessão do Município de Curitiba	55.156	-	(1.875)	-	-	-	53.281
Bens Patrimoniais a Incorporar	867	524	-	-	-	1	1.392
TOTAL INTANGIVEL	6.935.354	65.639	(22.396)	(11.556)	538.708	(33.109)	7.223.560
TOTAL GERAL	7.015.125	227.807	(337.442)	(11.667)	(a) 574.140	(b) 36.667	7.521.216

a) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável, o diretorio da Companhia decidiu que o ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando-se unidades geradoras de caixa, de negócios e seções de negócios de negócios de esgotamento.

A evolução das despesas de operação foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

a.1) Unidade Geradora de Caixa - Segmentos Águas e Águas Industriais e Esgoto

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução do valor recuperável.

a.2) Unidade Geradora de Caixa - Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos de segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;

- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa que operam juntas demonstram um histórico de prejuízo;

- Não existe nenhum fator relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos;

- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos

(ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como o valor recuperável, e o prazo líquido do ativo é de 10 anos, e os resultados foram de R\$1.930,00.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÉNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos líquidos dos contratos de arrendamento mercantil financeiros que estão alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a restar em uma taxa de juro que é menor ou igual ao valor residual da unidade geradora de caixa.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantil, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante, de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a restar em uma taxa de juro que é menor ou igual ao valor residual da unidade geradora de caixa.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil é a seguinte:

DESCRIÇÃO	Juros Anual Eletiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	2019	2018
EM REAIS:						
Debêntures 6º Emissão - 2ª Série	0,78%	DI	-	-	174.179	-
Debêntures 3º Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	70.916	68.972	67.876	136.848
Debêntures 8º Emissão - 1ª Série	0,40%	DI	20	94.986	58	94.900
Debêntures 8º Emissão - 2ª Série						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

rios; e (v) serviços de consultoria. A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratuais e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de juros de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A divida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os convenants conforme item f (iv) desta Nota Explanativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de preços (hedge) para mitigar o risco cambial assumindo como contraposta uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explanativa 4.1. No quarto trimestre de 2019 houve liberação de R\$450 mil pelo banco KfW, sendo realizadas operações de Swap, que protege o valor de juros e variação cambial, sem carregar esse risco, convertendo os encargos financeiros para 127,93% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 7,62% para uma taxa de 5,96% do CDI.

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortizações	Pagamentos Juros
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 3 Contratos	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Série	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento Mercantil - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	2014 a 2019	2019 a 2024	133.223	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 334 Contratos	2003 a 2018	2042	3.515.166	-	Mensal	Mensal

c) o cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	50.180	47.312	47.312	47.312	40.185	-	-	232.301
Debêntures 3ª Emissão	7.016	-	-	-	-	-	-	70.916
Debêntures 4ª Emissão	37.800	36.987	36.987	36.987	36.987	58.550	281.285	
Debêntures 7ª Emissão	972	514	6.742	6.742	6.742	87.085	115.539	
Debêntures 8ª Emissão	97	94.901	-	154.902	-	-	-	249.900
Debêntures 9ª Emissão	789	-	-	-	198.978	-	150.826	350.593
Subtotais Debêntures	160.754	179.714	91.041	245.943	282.892	43.729	296.461	1.300.534
BNDES	7.731	7.661	7.661	640	-	-	-	23.693
BNDES - PAC2	41.686	40.815	36.861	35.650	35.650	67.524	293.836	
Banco do Brasil - PSI	3.388	3.369	3.369	2.093	191	-	-	12.410
Banco Itaú - PSI	3.572	3.542	3.542	3.056	1.420	25	-	15.157
Caixa Econômica Federal	81.945	73.268	66.706	56.462	59.980	63.717	655.533	1.067.431
Banco KfW	-	-	97	194	194	194	1.360	2.039
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	138.322	128.655	118.236	98.095	97.435	99.586	724.237	1.404.566
Arrend. Mercantil Litoral	9.374	7.699	8.474	9.336	10.298	11.371	220.987	277.539
Arrend. Mercantil Direito de Uso	48.763	23.630	13.575	10.237	1.587	-	-	97.792
Subtotais Arrendamentos Mercantis	58.137	31.328	22.049	19.573	11.385	11.371	220.987	375.331
TOTAL	357.213	339.698	231.326	203.611	192.212	154.686	1.241.685	3.080.431

Em 31 de dezembro de 2019 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado a seguir:

Descrição	2019	2018
Pagamentos Futuros Mínimos		
Encargos Financeiros		
Valor Presente dos Pagamentos Futuros		
Valor Presente dos Pagamentos Futuros		
Arrendamento Mercantil - Litoral	357.213	272.318
Menos de um ano	35.754	(26.380)
Mais de um ano e menos de cinco anos	178.770	(131.973)
Acima de cinco anos	371.498	(150.130)
Subtotal	586.022	(308.483)
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	106.560	(8.768)
Menos de um ano	53.463	(4.699)
Mais de um ano e menos de cinco anos	53.097	(4.069)
Subtotal	106.560	(8.768)
TOTAL	692.582	(317.251)
		375.331
		273.547

A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 10,6% ao ano para a Locação de Ativos do Litoral e 6,46% ao ano para os veículos, bens imóveis e bens móveis.

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2019	2018
Circulante		
Não Circulante		
Saldos no Início do período	478.770	2.292.548
Liberações	-	659.830
Juros e Taxas	236.214	-
Variações Monetárias	-	25.137
Transferências	357.594	(357.594)
Amortizações	(749.537)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	190	108
Variações Cambiais	-	(24)
Arendamentos Mercantis	33.982	103.213
Saldos no final do período	357.213	2.723.218
		478.770
		2.292.548

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2019 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	68.861
Debêntures 3ª Emissão	-	79.424
Debêntures 4ª Emissão	18.950	55.545
Debêntures 6ª Emissão	-	181.991
Debêntures 7ª Emissão	74.371	3.691
Debêntures 8ª Emissão	-	15.918
BNDES	350.000	10.755
BNDES - PAC2	-	34.280
Banco do Brasil - PSI	-	5.395
Banco Itaú - PSI	-	4.353
Caixa Econômica Federal	147.324	152.105
Banco KfW	2.063	5
Arrendamento Mercantil	137.195	81.555
TOTAL	797.025	749.537

Liberações representam direito de uso (sem impacto na caixa)

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil:

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5 e que 1,2	1,5	2,6
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	1,4	
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0 e maior que 1,0	0,6	
TOTAL			

ii) Covenants de contratos da 3ª, 8ª e 9ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5 e que 1,0	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60	48,3
TOTAL		

iii) Covenants de contrato do Banco KfW

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5 e que 1,0	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60	48,3
TOTAL		

iv) Covenants de contrato do Banco Itaú

Índice	Limite	Realizado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.453.884	1.453.884
Imposto de Renda e Contribuição Social - Aliquota Vigente	(363.471)	(130.850)
Revisão da Dívida de Doutoramento	82.603	29.737
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	-	269
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT ¹	12.613	9.773
Incentivo Empresa Cidadã ²	563	683
Equivalência Patrimonial	(1.141)	(509)
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	8.584
Outros	(2.240)	(882)
TOTAL DAS DESPESAS	(271.346)	(102.504)
TOTAL do Imposto de Renda e Contribuição Social	(573.850)	(272.515)
Aliquota Efeiva	25,7%	23,4%

¹ De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

² De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2009.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018

<tbl_r cells="3" ix="4" maxcspan="

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2020	58.685	21.127	79.812	18.957	6.351	25.308
2021	49.231	17.723	66.954	18.957	6.351	25.308
2022 a 2024	243.666	87.720	331.386	48.369	15.992	64.361
2025 a 2027	93.954	33.824	127.778	37.271	11.997	49.288
2028 a 2030	93.070	33.505	126.575	37.271	11.997	49.288
2031 a 2033	92.232	33.203	125.430	32.879	10.416	43.295
2034 a 2036	51.012	18.364	69.376	30.683	9.626	40.309
2037 a 2039	26.750	9.630	36.380	27.870	8.613	36.483
2040 a 2042	19.446	7.001	26.447	22.750	6.769	29.519
2043 a 2045	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2046 a 2048	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2049 a 2051	6.482	2.334	8.816	6.268	2.257	8.525
TOTAIS	773.420	278.433	1.051.853	318.883	103.807	422.790

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

18. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 anos, com direito de renegociação a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mediante a realização do ativo de acordo com o critério de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2019 foi de R\$4.200 (R\$4.200 em 2018), calculado em 30 de dezembro de 2019 a partir do resultado de 2018, sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 2018) registrados no passivo circulante e R\$4.900 (R\$3.100 em 2018) no passivo não circulante.

19. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DÉPÓSITOS JUDICIAIS

NATUREZA 2018 Adições Reversões Pagamentos 2019

Acções Trabalhistas (i)	229.509	111.882	(4.936)	(34.336)	302.119
Acções Clíves (ii)	208.129	16.354	(7.474)	(10.355)	206.654
Acções Ambientais (iii)	6.689	14.315	(1.933)	(815)	18.256
Acções Tributárias (iv)	17.470	2.173	-	-	19.943
TOTAIS	461.797	144.724	(14.343)	(45.596)	546.572

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga suas previsões contingentes e os quais possuem expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido o CPC 25 do Comitê de Pronúncias da CVM.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações civis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

NATUREZA	Passivos Contingentes	
	2019	2018
Acções Trabalhistas (i)	55.933	44.382
Acções Clíves (ii)	465.131	375.364
Acções Ambientais (iii)	32.049	339.737
Acções Tributárias (iv)	16.989	16.554
TOTAIS	666.102	776.037

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga suas previsões contingentes e os quais possuem expectativa de perda possível.

Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido o CPC 25 do Comitê de Pronúncias da CVM.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações civis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

20. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano de aposentadoria contribuição definida durante a fase laboral e um plano de assistência médica para os aposentados.

O plano de assistência médica é um plano de benefícios médicos e odontológicos para servidores, dependentes, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência estabelecido pela legislação nº 6951 - CVM, conforme demonstrado na Nota Expositiva.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como ativo o plano de aposentadoria administrado pela FUSAN.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

O plano de assistência médica é administrado pela FUSAN, tendo como contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Cada montante creditado com base sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquela proposta pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo adicionais é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 20% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais que atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10%

superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, que é considerado uma despesa, e tratam esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos. Considera-se a dedução para fins contábeis e apresenta como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

O Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do

limite de variação da Taxa de Juros do Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros que podem ser deduzidos financeiramente gerando benefício fiscal de R\$112.340, conforme legislação fiscal. Para efeitos destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância à Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público da constituição da Companhia, está proposta à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Doações e Subvenções Governamentais	(123)	(247)
Constituição da Reserva Legal	(53.996)	(44.612)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.025.915	847.628
Dividendos Obrigatórios (25%)	256.479	211.907
Dividendos Complementares	73.938	211.907
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	338.411	423.814

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2019 foi de R\$330.411 (R\$326.114 em 2018), sendo retido o valor de R\$28.123

(R\$29.056 em 2018) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,5% (8,9% em 2018).

	2019	2018
Saldo Anterior	183.678	136.265
Dividendos Adicionais Autorizados	211.907	162.817
Pagamentos realizados no Exercício	(394.600)	(298.255)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	330.411	423.814
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(28.123)	(29.056)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(73.938)	(211.907)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	229.341	183.578

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, total de R\$73.938,00 será mantida em reserva para o pagamento da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária do 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e os eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas ex-dividends (juros sobre o capital próprio e dividendos).

i) Resultado por Ação
Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2019 e 31/12/2019 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	2019	2018
Dividendos Adicionais Autorizados	211.907	162.817
Pagamentos realizados no Exercício	(394.600)	(298.255)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	330.411	423.814
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(28.123)	(29.056)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(73.938)	(211.907)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	229.341	183.578

Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

³ Valor de R\$2.690 referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, proveniente da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de lotamentos a Companhia, no período de 1983 a fevereiro de 2014.

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67642	0,86763
Valor para 1 "Unit"	3.32060	4.25930
Remuneração para 1 UNIT	1.57026	

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	2019	2018
Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2019	Quantidade	Remuneração Total
Ações Ordinárias	167.911.753	54.427
Ações Preferenciais	335.823.420	119.738
TOTais	503.735.173	174.165
Remuneração para 1 UNIT		1.75034

	2019	2018
Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2019	Quantidade	Remuneração Total
Ações Ordinárias	167.911.753	48.827
Ações Preferenciais	335.823.420	107.419
TOTais	503.735.173	156.246
Remuneração para 1 UNIT		1.57026

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67642	0,86763
Valor para 1 "Unit"	3.32060	4.25930
Remuneração para 1 UNIT	1.57026	

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	2019	2018
RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	337.511	278.902
Ações preferências	742.523	613.585
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferências	335.823.420	335.823.420
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	2,01005	1,66100
Por ação preferencial	2,21105	1,82711

24. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao resultado das operações. De acordo com o CPC 47 - Revisão de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem relações contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigações de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e esgoto aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas a valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas quando as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita é reconhecida quando os custos diretos e indiretos incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
Receitas		
Receitas de Água	3.068.658	2.716.898
Receitas de Esgoto	1.811.905	1.572.971
Receitas de Serviços	143.099	141.402
Receitas de Resíduos Sólidos	11.722	9.730
Serviços Prestados a Prefeituras	18.380	16.515
Doações efetuadas por Clientes	18.844	16.978
Outras Receitas	5.519	5.024
Totais das Receitas Operacionais	5.078.127	4.479.581
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(291.998)	(260.853)
PASEP	(63.303)	(56.523)
Totais das Deduções	(355.301)	(317.376)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	4.722.826	4.162.205

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados as concessões no montante de R\$65.865,00 (R\$17.750,00 em 2018), durante o exercício de 2019, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Adicionalmente a Companhia registrou no mês de dezembro de 2019, a estimativa da receita no montante de R\$ 61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(285.788)	(110.968)	(396.756)	(269.533)	(97.609)	(367.142)
Materiais	(67.437)	(63.431)	(130.868)	(70.330)	(37.983)	(108.319)
Energia Elétrica	(416.725)	(50.612)	(467.337)	(375.950)	(42.215)	(418.265)
Serviços de Terceiros	(237.498)	(170.263)	(407.761)	(215.446)	(153.955)	(369.401)
Depreciações e Amortizações	(138.400)	(133.031)	(271.431)	(125.080)	(123.255)	(248.335)
Indenizações por Danos a Terceiros	(5.290)	(5.231)	(10.521)	(17.071)	(13.959)	(31.010)
Outros Custos	(111.682)	(42.577)	(154.059)	(103.840)	(33.736)	(137.576)
TOTAS	(1.282.620)	(576.313)	(1.858.933)	(1.177.250)	(502.792)	(1.680.042)

26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Comerciais		
Pessoal		(127.047)
Materiais		(4.179)
Serviços de Terceiros		(105.419)
Depreciações e Amortizações		(11.977)
Perdas na Realização de Créditos		(20.850)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental		(63.194)
Indenizações por Danos a Terceiros		(3.371)
Programa Sanepar Rural		(2.859)
Outras Despesas		(19.300)
Totais das Despesas Comerciais	(358.195)	(368.323)
Administrativas		
Pessoal		(570.948)
Materiais		(48.996)
Serviços de Terceiros		(116.064)
Depreciações e Amortizações		(54.034)
Ajuste Valor Realizado Líquido do Estoque		(1.288)
Taxa de Regulação		(22.394)
Despesas com Viagens		(7.522)
Exposições, Congressos e Eventos		(657)
Programas Sociais e Ambientais		(6.827)
Indenizações por Danos a Terceiros		(1.407)
Outras Despesas		(18.846)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais		159.009
Despesas Capitalizadas ³		103.418
Totais das Despesas Administrativas	(586.556)	(600.315)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		(28.691)
Perdas Eventuais ou Extraordinárias ³		(28.691)
Mutis Ambientais		(896)
Baixas de Ativos		(28.589)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos		564
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(67.812)	(32.728)

³ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

³ Valor de R\$2.690 referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, proveniente da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de lotamentos a Companhia, no período de 1983 a fevereiro de 2014.

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$73.946 (R\$9.494 em 2018), a título de Participação nos Resultados para o exercício de 2019, baseado no histórico dos pagamentos do PPR nos últimos 5 (cinco) exercícios consecutivos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seu patrimônio líquido em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.437.172, com vigência abrangendo o período de 12/03/2019 a 10/03/2020, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Descrição	Importância Segurada
Edifícios	654.595
Máquinas, Equipamentos e Veículos	715.556
Estoque	67.020
TOTAS	1.437.172

Adicionalmente a Companhia possui ápiclases de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou pagos a terceiros perante o processo judicial de ações trabalhistas, civis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 114 processos judiciais no montante de R\$181.433 com a Potencial Seguradora S/A.

A Companhia também possui contrato com a Stan International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O - Directors and Officers) com abrangência Nacional. O valor da cobertura é com limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 08/09/2020.

31. OPERAÇÕES "RÁDIO PATRULHA", "INTEGRAÇÃO" E "ÁGUAS CLARAS" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada "Rádio Patrulha", que faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A "Operação Rádio Patrulha" investiga um suposto esquema de pagamento do próprio para desvio de recursos por meio de empresas fictícias. A "Patrulha do Campo", o qual tinha como objetivo a recuperacão de estradas rurais do Estado do Paraná. A "Operação Rádio Patrulha" tornou réu um ex-administrador da Companhia.

A "Operação Integração" investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que teria ocorrido entre 2010 e 2018 e que relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominado Anel da Integração. A primeira fase da "Operação Integração" foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2019, com a prisão de 12 pessoas em setembro de 2018. No âmbito da "Operação Integração", um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades federais, a Companhia realizou os fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instaurou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, com o intuito de atender a totalidade das demandas de investigação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) "Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019" e (ii) "Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019" (conjuntamente, "Relatórios").

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para a fiscalização da Procuradoria Pública do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019, e Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, comendadas até aquele momento, dando continuidade os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiram inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos que pudessem afetar diretamente as suas operações e finanças e, assim, as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma "Comissão Externa de Investigação" ("CEI").

Em 15 de agosto de 2019, em sua 6ª/2019 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o CA aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Na 7ª/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro da Companhia, dois membros independentes e dois membros independentes com vasta experiência em investigações internas forenses.

A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e

a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu parecer recomendando a elaboração de um relatório de advocacy para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à "Operação Integração" e "Operação Rádio Patrulha".

BASE PARA OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauli & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, setor de advocacy, responsável pelas alegações em relação à "Operação Rádio Patrulha".

Em 28 de novembro de 2019, em observância ao parecer emitido pela CEI e em conformidade com a estratégia de advocacy, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauli & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, setor de advocacy, responsável pelas alegações em relação à "Operação Rádio Patrulha".

EFEITO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossa auditoria conduzida de acordo

